

Convite à aventura

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

Convidado a arriscar um palpite sobre o tamanho do rombo que a corrupção esburaca no orçamento, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, lança estimativa que chega, por baixo, a um mínimo de 10%. Com a cuca entontecida pela dança da patifaria na CPI do Orçamento, 10%, francamente, parece pouco.

Parece. Não é. Pois o ministro Fernando Henrique Cardoso está pensando grande, em percentual sobre os números globais da receita nacional. Vista assim do alto, na abrangência panorâmica, os 10% inflam, crescem, engordam como bolo em forno brando. Ora, um décimo de uma previsão de arrecadação apertada, por volta de US\$ 84 bilhões, para 94, bate na cifra fantástica de US\$ 8,4 bilhões. Com alguma folga, jogando com a gula crescente da ladroagem, digamos que, das verbas públicas, US\$ 10 bilhões devem escorrer pelos ralos do roteiro burocrático, em comissões, fraudes, desvios, falsificações e toda sorte de falcaturas.

Claro que, com o estouro do escândalo, vamos começar, na forma do costume, a providenciar a tranca para tapa os buracos da porta arrombada.

Antes de ir adiante, vale a pena explicar que a estimativa da puna orçamentária em 10% registra a vexaminosa média nacional. Ora, desviar um cruzeirinho real em cada dez nas folhas de pagamento de pessoal ou nas verbas de custeio projeta assombroso desempenho, certamente que aperfeiçoado em décadas de prática, com a rede alastrando-se para sugar até a última gota das possibilidades da rapina.

Deve ficar explícito que em algumas tetas mais generosas, de reduzida ou nenhuma vigilância, ou quando a malha da quadrilha ocupa toda a área, as porcentagens crescem de forma espantosa. A CPI já rastreou muitos exemplos de sumiço total das famosas dotações sociais para entidades inexistentes. A mágica dos anões manipulava a aprovação de emendas ao orçamento justificadas pela mais comovedora preocupação com a pobreza, com a infância carente, com os desassistidos, marginais e deficientes. Pois o dinheiro desaparecia, volatilizando-se no espaço. Liberada a verba, perdia-se seu rastro no emaranhado da cumplicidade. Dela não se tinha mais notícia. Ora, em tais casos de operações fechadas, a corrupção emplacava recordes de 100%. Em geral, uma pelas outras, a taxa oscilava pelo nível de 50%: metade para o bolso da máfia, metade para os pobrezinhos e os doentes, que também mereciam um pouco de atenção e migalha de caridade.

Esse exercício de projeção, ainda que necessariamente impreciso, ajuda a sustentar a indignação da sociedade e a alimentar as labaredas da crescente mobilização, exigindo devassa para valer, remoção do lixo parlamentar e, como objetivo final, a remontagem das instituições falidas e saqueadas.

A CPI ainda não teve tempo de pensar a séria e gigantesca tarefa de propor um elenco de medidas corretivas. Mas o aplicado e confiável deputado Roberto Magalhães, nos sufocos da relatoria, já deixou claro que o fecho do seu trabalho procurará extrair, do abismo do lamaçal, as lições para

aprimorar o sistema, tornando-se transparente à fiscalização permanente da sociedade.

É a isso que se chama passar o país a limpo. Apurar a roubalheira até onde for possível farejá-la. Punir os culpados, quanto mais não seja com a exposição pública das suas proezas. E traçar o programa para a remontagem, para a imensa tarefa de modernizar o aparelho em pandarecos, enxugando a burocracia para a esquematização de sistema eficiente do acompanhamento dos gastos públicos.

A falência dos partidos pode fazer das eleições convite à demagogia e à aventura.

Pois estamos todos convencidos de que a corrupção infiltrou-se por todo o trajeto do dinheiro público. Há sempre um agente alerta em cada posto.

A crise que atordoa o país, paralisando o Congresso — em estado de choque, pendurado às denúncias e supresas que esguicham da CPI do Orçamento —, confundindo o Executivo, zonzonando nas suas hesitações e passando de raspão pelo Judiciário, como a denunciar suas omissões e debilidades, só será absorvida depois de completado o mutirão nacional que apenas começou.

Como terá que passar necessariamente pela revisão constitucional, com novas prioridades ajustadas à realidade e às cobranças populares, o Congresso, depois de engolir o susto e o constrangimento, certamente que encontrará a fórmula consensual para reconstruir-se e repensar o Executivo. Até chegar a vez do Judiciário.

O velho modelo implodiu. A visão de instituições em cacos agrava-se com a evidência de que se esgotou o repertório dos truques e remendos. O que não for remodelado na faxina da revisão, será aproveitado como material para a campanha sucessória. Candidaturas e partidos andam à cata de bandeiras. Mesmo o PT, com todo o favoritismo de Lula nas pesquisas, deve desconfiar que suas propostas reclamam urgente reciclagem. A cabeça do país mudou, está girando no rodópio da perplexidade e da raiva.

Com a falência dos partidos, a degradingolada de ambições dissolvidas na lama, a campanha escancara a goela, como um convite à aventura e à demagogia. Há imensos espaços vazios, abandonados por pretensões desqualificadas. Se os partidos não se reorganizarem a tempo, a sucessão, mais uma vez, acenará para o risco da improvisação e da impostura.

* Comentarista político do JORNAL DO BRASIL.